

EXAME NACIONAL DO ENSINO SECUNDÁRIO

12.º Ano de Escolaridade (Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto)
Cursos de Carácter Geral — Agrupamentos 3 e 4

Duração da prova: 90 min + 30 min de tolerância
1997

2.ª FASE

PROVA ESCRITA DE INTRODUÇÃO AO DIREITO

COTAÇÕES

I

- 1. 10 pontos
- 2. 15 pontos
- 3. 15 pontos
- 4. 20 pontos

Subtotal..... 60 pontos

II

- 1. 20 pontos
- 2. 20 pontos
- 3. 15 pontos

Subtotal..... 55 pontos

III

- 1. 15 pontos
- 2. 20 pontos
- 3. 25 pontos

Subtotal..... 60 pontos

IV

..... 25 pontos

25 pontos

TOTAL.....

200 pontos

V.S.F.F.

Questões	Sugestões de Correção	Cotações
	<p>Chama-se a atenção para o facto de se tratar de meras orientações, visando uma certa uniformidade de critérios.</p> <p>Nas questões de resposta curta que visem objectivos ao nível de conhecimento, será aceite a resposta considerada válida sob o ponto de vista científico.</p> <p>Nas questões abertas, a cotação deverá ser distribuída pelos diversos aspectos focados na resposta, sendo valorizadas as capacidades de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - distinguir o essencial do acessório; - relacionar factos e conceitos; - analisar documentos apresentados. 	
I	<p>1. Indicar que a Lei de Bases do Ambiente foi elaborada pela Assembleia da República.</p>	10
	<p>2. Referir que as directivas, embora sendo vinculativas para os Estados membros a que se dirigem, quanto aos resultados a alcançar, têm de ser transpostas para o Direito Interno desses Estados.</p>	15
	<p>3. Definir o Direito Positivo vigente como o conjunto de normas jurídicas que, estando em vigor, regulam a vida em sociedade, num determinado Estado.</p>	15
	<p>4. Explicar que a Lei n.º 11/87 é uma lei em sentido formal, porque é um acto normativo emanado de um órgão com competência legislativa, e é também lei em sentido material, porque contém verdadeiras normas jurídicas.</p>	20
II	<p>1. Referir que a nulidade se verifica quando o negócio jurídico não produz os efeitos jurídicos a que é dirigido, pelo menos aqueles que as partes desejavam que se produzissem, e que a anulabilidade se verifica quando o negócio jurídico, não obstante estar ferido de um vício, é tratado como válido. Os efeitos jurídicos produzem-se ficando, contudo, dependentes das partes, que têm o direito de anular o negócio, podendo destruir, retroactivamente, os efeitos jurídicos já produzidos.</p>	20

II	2.	Explicar que, de acordo com o artigo 2189.º do Código Civil, o testamento feito por Luís é nulo, pois este foi declarado interdito, sendo, à luz da lei, incapaz de fazer testamento.	20
	3.	Definir emancipação como a aquisição de capacidade plena de exercício de direitos, antes da idade legal, habilitando o menor a reger a sua pessoa e a dispor livremente dos seus bens.	15
III	1.	Distinguir Direito Público de Direito Privado com apoio num dos critérios de distinção.	15
	2.	A analogia consiste em aplicar ao caso omissivo a norma reguladora de qualquer caso análogo. Assim, casos semelhantes devem merecer do Direito o mesmo tratamento, favorecendo, em larga medida, a certeza e a segurança jurídicas.	20
	3.	Explicar a ideia de que o Direito, como produto da cultura e da sociedade, varia no tempo e no espaço. A sociedade muda e o Direito tem de acompanhar esta mudança, apoiando-se nas vivências sociais, económicas, culturais, políticas. Há, pois, a necessidade de criar, rever e adaptar normas às novas realidades sociais, de forma a tornar o Direito eficaz.	25

Questões	Sugestões de Correção	Cotações
I	<p>Trata-se do desenvolvimento de um tema, cujo ponto de partida é um texto;</p> <p>Embora sejam sugeridos tópicos de resposta, pretende-se que o aluno desenvolva o tema de forma articulada, evidenciando as capacidades de análise e de síntese e o espírito crítico.</p>	11
II	<p>À estruturação da resposta e à organização e coerência das ideias serão atribuídos 5 pontos; ao conteúdo científico 20 pontos.</p>	1
III	<p>TEMA A</p> <p>Transmitir a ideia de que, para além da existência de</p>	11
IV	<p>Parlamentos eleitos, o Estado de Direito exige a realização efectiva das restantes características: legalidade da Administração, divisão dos poderes e defesa e garantia dos direitos e liberdades fundamentais.</p> <p>Também a Comunidade Internacional, através das Organizações Internacionais, pode contribuir para a solução pacífica dos conflitos e para que a luta pelo poder se pautе por regras jurídicas democráticas definidoras dos mecanismos de acesso ao poder político.</p>	3
	<p>TEMA B</p> <p>O aluno deverá:</p> <p>Relacionar a elaboração de uma lei com a necessidade da sua regulamentação.</p> <p>Evidenciar as diversas fases por que passa a elaboração de uma lei, destacando o facto de a lei ser, por definição, geral e abstracta, enunciando apenas princípios fundamentais. Assim, a regulamentação surge, precisamente, pela necessidade de pormenorização da lei, de forma a conduzir à sua boa execução.</p>	25 (5+20)